

Trata-se de processo administrativo para a contratação de curso IN COMPANY, com o tema “Marco jurídico e normativo nacional e internacional de proteção aos direitos humanos e fundamentais dos povos originários e comunidades tradicionais”, o qual integra a programação do 17º ENCONTRO INSTITUCIONAL DA MAGISTRATURA TRABALHISTA, na modalidade presencial, no dia 11 de abril de 2024, com disponibilidade de 150 vagas, e carga horária de uma hora, destinado a Magistrados do TRT5. Em caso de sobra de vagas, abre-se inscrição para demais interessados.

O curso será realizado pela pesquisadora em direito dos povos indígenas e Defensora Pública do Estado da Bahia, ALÉSSIA PÂMELA BERTULEZA SANTOS, CPF 046.848.445-01, com valor total de R\$ 1.563,10 (mil quinhentos e sessenta e três reais e dez centavos).

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- 1 – Documento de Formalização da Demanda (Doc. 02);
- 2 – Termo de Referência elaborado pela Escola Judicial (Doc. 03), com a justificativa da contratação, demonstrando a notória especialização, indicando como fundamentação legal a inexigibilidade de licitação, disposta no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21;
- 3 – Proposta (Doc. 06);
- 4 – Justificativa do preço, conforme razões expostas no Termo de Referência e documentos que comprovam a razoabilidade /justificativa do preço: o valor da hora-aula está dentro dos parâmetros definidos na Tabela de Remuneração dos Profissionais de Ensino Contratados por este Regional com titulação de mestre, prevista no Anexo I do ATO TRT5 n.º 0428 /2014;
- 5 - Documentação que comprova a regularidade fiscal e trabalhista; Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Portal da Transparência e Certidão Negativa de Vínculo com o órgão (Doc. 14);
- 6 - Autorização do Ordenador de despesa para continuidade da contratação (Doc. 16);
- 7 - Disponibilidade Orçamentária (Doc. 18);
- 8 - Sugestão de enquadramento realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos com base no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21 (Doc. 15).

Convém registrar, que estão incluídos no conceito de curso “in company” todos aqueles eventos restritos ao público-alvo do TRT5, que serão ministrados para servidores do Tribunal. Ou seja, englobam aqueles eventos acessíveis apenas aos integrantes do quadro institucional e realizados de acordo com a metodologia, demanda, carências e o horário definidos pelo contratante.

Em conformidade com a instrução processual e com o Parecer Referencial nº 1 /2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, a Escola Judicial ratifica o enquadramento da despesa no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21, sugerido pela unidade demandante.

Dito isto, convém observar o posicionamento da Secretaria de Assessoramento Jurídico deste Tribunal, exarado no PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023, Doc.2 do PROAD 8601/2023, com recomendações para a uniformização da instrução dos processos destinados a contratação de curso fechado/in company, organizadas em tópicos, abaixo transcritos:

DA CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PREVISTA NO ART. 74, III, “F” DA LEI 14.133/2021

- a) INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO - não basta simplesmente descrever no processo o objeto como “capacitação e treinamento” ou “contratação de curso in company”, sendo necessário demonstrar que se trata de serviço técnico especializado listado no art. 6º da Lei 14.133/2021, voltado ao treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal e executado por profissional ou empresa de notória especialização.*
- b) SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO - o serviço a ser contratado enquadra-se como serviço especializado porquanto preenche a definição imposta pela Lei 14.133/2021 no inciso XVIII do art. 6º: serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;*
- c) DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO - o Termo de Referência precisa apontar em tópicos específicos as informações relativas à notória especialização, acompanhado dos documentos pertinentes e correspondentes (currículos, folder, conteúdo programático, técnicas especiais, títulos de especialização dentre outros disponíveis);*
- d) O SERVIÇO NÃO PODE SER DE PUBLICIDADE OU DE DIVULGAÇÃO;*
- e) O SERVIÇO DEVE SER VOLTADO AO TREINAMENTO OU APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.*

DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

- a) **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA** – documento inicial do processo onde deverá ser retratada a necessidade do setor demandante;
- b) **TERMO DE REFERÊNCIA** - conceituado pelo art.6º, XXIII, da Lei 14.133/2021 como sendo o documento necessário para a contratação de serviços, no formato padrão simplificado aprovado pelo Grupo de Trabalho deste TRT5 e que se encontra disponibilizado para a Escola Judicial, unidade que cuida dessas contratações;
- c) **ESTIMATIVA DA DESPESA** – lastreada por meio da proposta da empresa ou do profissional;
- d) **PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – conforme informação da unidade competente;
- e) **COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA** - entendemos que podem ser dispensadas as exigências referentes à qualificação econômico-financeira e as certidões de regularidade fiscal estadual e municipal quando o valor do curso se limitar a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral. Esse valor deve ser aferido ano a ano posto que ocorrerão atualizações periódicas no limite para dispensa de licitação
- f) **DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO** – além de tópico evidenciando justificativa do preço, a unidade demandante deve anexar os documentos que possibilitem a comparação com aquele preço cobrado pela contratada a outros órgãos ou empresas ou outros documentos igualmente idôneos, conforme preconizado pelo §4º do art. 23 da Lei 14.133/2021:

Art. 23. (...) §4º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Da leitura dos autos, vê-se o atendimento dos itens relacionados no citado parecer, necessários à aplicação do art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.

Em 02/04/2024

BRUNO MOTTA DE ANDRADE
 Coordenadoria Executiva
 Diretoria-Geral

Trata-se de processo administrativo para a contratação de palestra IN COMPANY, com o tema “Marco jurídico e normativo nacional e internacional de proteção aos direitos humanos e fundamentais dos povos originários e comunidades tradicionais”, na modalidade presencial, com disponibilidade de 150 vagas e carga horária de uma hora, através de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art.74, III, “f” da Lei de 14.133/21.
 Considerando o PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 1/2023 da Secretaria de Assessoramento Jurídico, constante no Doc. 2 do PROAD 8601/2023 e o cumprimento de suas recomendações, declaro inexigível a licitação de acordo com o art. 74, III, “f” da Lei de 14.133/21:

CONTRATADA	Valor Total
ALÉSSIA PÂMELA BERTULEZA SANTOS CPF 046.848.445-01	R\$ 1.563,10

À SOF para emissão da Nota de Empenho.
 Ato contínuo, à CLC para o registro no PNCP da declaração da inexigibilidade, bem como da Nota de Empenho.
 Após, à Escola Judicial para as providências pertinentes à realização da capacitação.

Em 02/04/2024

Tarcísio Filgueiras
 Diretor-Geral